legislação | consultoria | assessoria | informativos | treinamento | auditoria | pesquisa | qualidade

Relatório Trabalhista

Nº 043 **27/05/96**

DADOS ECONÔMICOS - JUNHO/96

• SALÁRIO MÍNIMO	R$ 112,00
• SALÁRIO-FAMÍLIA (remuneração até R$ 287,27)	R$ 7,66
• SALÁRIO-FAMILIA (remuneração acima de R$ 287,27)	R$ 0,95
• AUXILIO-NATALIDADE e AUXILIO-FUNERAL (extinto pelo Decreto nº 1.744/95 (RT 100/95)	R$ 0,00
• TETO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - EMPREGADOS	R$ 957,56
• UFIR	R$ 0,8287

Obs.:
a) A MP nº 1.415, de 29/04/96, DOU de 30/04/96, alterou o valor do SM a partir de maio/96;
b) A Portaria nº 3.242, de 09/05/96, DOU de 13/05/96, alterou os novos valores do SF a partir de maio/96.

TABELA DO INSS - EMPREGADOS - JUNHO/96

FX	SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R$)	ALÍQUOTA (%)
01	ATÉ 287,27	8
02	DE 287,28 ATÉ 478,78	9
03	DE 478,79 ATÉ 957,56	11

Obs.:
- A Portaria nº 3.242, de 09/05/96, DOU de 13/05/96, alterou os valores das faixas a partir de maio/96;
- Desde a competência agosto/95, a terceira faixa passou de 10 à 11%, de acordo com a Lei nº 9.032, de 28/04/95, DOU de 29/04/95;
- As respectivas faixas foram mantidas pela Portaria nº 2.006, de 08/05/95, DOU de 09/05/95, ratificada pela Ordem de Serviço nº 131, de 25/07/95 (RT nº 064/95);
- Percentuais incidentes de forma não cumulativa (art. 22 do ROCSS).

TABELA DO IRRF - JUNHO/96

FX	RENDA LIQUIDA MENSAL (R$)	ALÍQUOTA	DEDUÇÃO (R$)
01	ATÉ 900,00	ISENTO	-
02	DE 900,01 ATÉ 1.800,00	15,0%	135,00
03	DE 1.800,01 ACIMA	25,0%	315,00

DEDUÇÃO DA RENDA BRUTA:
- Dependentes = R$ 90,00;
- INSS descontado;

- Pensão Alimentícia (judicial); e
- contribuição paga à previdência privada.

ESCALA DE SALÁRIO-BASE - INSS - JUNHO/96
CONTRIBUINTE INDIVIDUAL

CLASSE	INTERSTÍCIO (Nº MESES)	SALÁRIO-BASE (R$)	ALÍQUOTA (%)	CONTRIBUIÇÃO (R$)
01	12	112,00	10	11,20
02	12	191,51	10	19,15
03	12	287,27	10	28,73
04	12	383,02	20	76,60
05	24	478,78	20	95,75
06	36	574,54	20	114,90
07	36	670,29	20	134,06
08	60	766,05	20	153,20
09	60	861,80	20	172,36
10	-	957,56	20	191,51

OBS.

- **TABELA**: A nova tabela, com vigência a partir de maio/96, foi determinada pela Portaria nº 3.242, de 09/05/96, DOU de 13/05/96. A tabela anterior, com vigência no período de maio/95 até abril/96, foi divulgado pela Port. nº 2.006, de 08/05/95, DOU de 09/05;95, republicada com correção no DOU de 12/05/95, e ratificado pela Ordem de Serviço nº 131, de 25/07/95;

- **OPÇÃO PELA MENOR SALÁRIO**: O segurado poderá optar em recolher pelo menor salário de contribuição, porém ao desejar retornar a sua faixa de origem ou faixa superior, deverá obedecer o período de interstício, isto é, o tempo de permanência em cada faixa, para promover-se numa faixa superior (Decreto nº 612/92);

- **SALÁRIO-BASE PARA APOSENTADOS**: A partir da competência agosto/95, o aposentado por idade ou por tempo de serviço, inclusive Contribuinte Individual, que estiver exercendo ou voltar a exercer atividade, deverá enquadrar-se na classe cujo valor seja o mais próximo do valor de sua remuneração (Port. nº 2.006, 08/05/95, DOU de 09/05/95). Aos aposentados até o dia 29/04/95, data em que entrou em vigor a Lei nº 9.032, poderão recolher para a previdência social com base no antigo regime, ou seja, enquadramento na escala de salário-base de acordo com o seu tempo de contribuição, permitido a redução para menor classe, por opção do contribuinte individual;

- **DE EMPREGADO PARA CONTRIBUINTE INDIVIDUAL**: O empregado que passa a Contribuinte Individual, poderá enquadrar-se em qualquer classe até a equivalente ou a mais próxima da média aritmética simples dos seus 6 últimos salários-de-contribuição, corrigidos mês-a-mês, com base na tabela de cálculo do salário de benefício. Não havendo 6 contribuições, o enquadramento será na classe inicial, tendo acesso as classes superiores de acordo com o tempo de interstício (Port. nº 459, 30/08/93);

- **PAGAMENTO ANTECIPADO DAS CONTRIBUIÇÕES**: Não é permitido o pagamento antecipado de contribuições para suprir o interstício entre as classes (Decreto nº 612/92, art. 38, § 10);

- **INSCRIÇÃO**: Desde 15/06/92, os bancos não mais aceitam inscrições de Contribuintes Individuais. A inscrição deverá ser realizada junto ao Correio local;

- **CARNÊ:** O carnê de contribuições, deverá ser adquirido junto ao comércio. Na falta do carnê, recolhe-se por intermédio da GRPS-3, emitida pelo Órgão Local de Execução - OLE/INSS, preenchida para cada mês de competência e as contribuições à serem recolhidas não poderão ultrapassar a 12 competências consecutivas (OS Conjunta nº 7, de 16/04/92 - RT 033/92);

- **ISENÇÃO DO RECOLHIMENTO NO PERÍODO DE 16/04/94 A JULHO/95**: De acordo com a ON nº 1, de 27/06/94, DOU de 28/06/94, da Secretaria da Previdência Social, os Contribuintes Individuais aposentados, não foram beneficiados pela isenção do respectivo recolhimento, tratada na Lei nº 8.870, 15/04/94, limitando-se a isenção apenas e exclusivamente na condição de segurado empregado, doméstico e avulso, omitindo portanto, o Contribuinte Individual (período de 16/04/94 até 29/04/95). A Lei nº 9.032, de 28/04/95, determinou que os aposentados (empregados ou contribuintes individuais), que retornarem as suas atividades no trabalho, estão sujeitos a contribuição previdenciária. Mais recentemente, a Portaria nº 2.006, de 08/05/95, Dou de 09/05/95, do Ministério da Previdência e Assistência Social, determinou o desconto das contribuições dos aposentados, somente a partir da competência agosto/95. Concluindo, a Lei nº 8.870/94, combinado com a Lei nº 9.032/95 e Portaria nº 2.006/95, desconsiderando a ON nº 1/94 (hierarquicamente inferior em relação as normas citadas), o aposentado, incluindo o Contribuinte Individual, ficou isento da contribuição previdenciária no período de 16/04/94 até julho/95;

- **RECADASTRAMENTO**: A Portaria nº 3.033, DE 29/02/96 (RT 020/96) prorrogou até o dia 31/07/96, o prazo para o recadastramento dos Contribuintes Individuais junto a Previdência Social. O recadastramento é feito junto ao Correio local.

- **NOVAS ALÍQUOTAS**: O Decreto nº 1.415, de 29/04/96, DOU de 30/04/96, alterou a alíquota das três primeiras faixas da tabela de escala de salário-base (contribuinte individual), passando de 10 para 20%. De acordo com o estabelecido no § 6º do artigo 195, combinado com o artigo nº 153, ambas da Constituição Federal de 1988, a alteração entrará em vigor somente a partir de agosto/96.

UFIR
PERÍODO DE 05/JULHO/94 ATÉ JUNHO/96

05/07/94	0,5618	06/07/94	0,5618	07/07/94	0,5618	08/07/94	0,5618

11/07/94	0,5618
12/07/94	0,5618
13/07/94	0,5618
14/07/94	0,5618
15/07/94	0,5618
18/07/94	0,5618
19/07/94	0,5618
20/07/94	0,5618
21/07/94	0,5618
22/07/94	0,5618
25/07/94	0,5664
26/07/94	0,5710
27/07/94	0,5757
28/07/94	0,5804
29/07/94	0,5857
01/08/94	0,5911

02/08/94	0,5911
03/08/94	0,5911
04/08/94	0,5911
05/08/94	0,5911
08/08/94	0,5911
09/08/94	0,5911
10/08/94	0,5911
11/08/94	0,5911
12/08/94	0,5911
15/08/94	0,5911
16/08/94	0,5911
17/08/94	0,5911
18/08/94	0,5911
19/08/94	0,5911
22/08/94	0,5911
23/08/94	0,5911

24/08/94	0,5919
25/08/94	0,5927
26/08/94	0,5936
29/08/94	0,5944
30/08/94	0,5953
31/08/94	0,6079
09/94	0,6207
10/94	0,6308
11/94	0,6428
12/94	0,6618
01/95	0,6767
02/95	0,6767
03/95	0,6767
04/95	0,7061
05/95	0,7061
06/95	0,7061

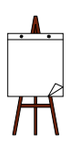
07/95	0,7564
08/95	0,7564
09/95	0,7564
10/95	0,7952
11/95	0,7952
12/95	0,7952
01/96	0,8287
02/96	0,8287
03/96	0,8287
04/96	0,8287
05/96	0,8287
06/96	0,8287

Obs.:

- **UFIR PARA O 1º SEMESTRE/96**: De acordo com a Portaria nº 312, de 28/12/95, a expressão monetária da UFIR referente ao 1º semestre de 1996, é de R$ 0,8287;
- **UFIR A PARTIR DE 1995**: A partir de 1995, a expressão monetária da UFIR foi fixada em períodos trimestrais, corrigidas com base no IPCA - Série Especial (MP nº 812, de 30/12/94, DOU de 31/12/94);
- **VALOR DA UFIR EM DIAS NÃO ÚTEIS**: O valor da UFIR relativo ao dia não útil, considera-se a UFIR vigente no 1º dia útil posterior (IN nº 66, de 21/05/92, DOU de 25/05/92);
- **INSS E IRRF - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**: De julho a dezembro/94, ficou suspenso a aplicação da UFIR para fins de a atualização monetária de contribuições e impostos (INSS e IRRF) quando pagos em seus prazos normais (art. 36, MP nº 596/94);
- **CONVERSÃO EM UFIR A PARTIR DE SETEMBRO/94**: A partir da competência setembro/94, as contribuições arrecadadas pelo INSS, foram convertidas em UFIR com base no valor desta no mês subsequente ao de competência (art. 96, MP nº 596/94);
- **IRRF - FATOS GERADORES A PARTIR DE SETEMBRO/94**: Os fatos geradores que ocorreram a partir de 01/09/94, no caso do IRRF, são convertidos em quantidade de UFIR com base no valor desta no mês em que ocorreu o fato gerador ou no mês em que encerrou o período de apuração. A reconversão para R$ far-se-á mediante a multiplicação da respectiva quantidade de UFIR pelo valor desta vigente no mês do pagamento, observado a interrupção pelo prazo de 180 dias da aplicação da UFIR, em seus prazos normais (§ 3º do art. 36 e art. 55, da MP nº 596/94);
- **INSS ATÉ COMPETÊNCIA DEZEMBRO/94**: O INSS em atraso, até a competência dezembro/94, aplica-se a atualização monetária pela variação da UFIR entre o mês subsequente ao de competência e o mês do efetivo recolhimento, sem prejuízo da multa e juros (§ 5º , art. 36, MP 596/94).

ÍNDICES ECONÔMICOS
PERÍODO MAIO/95 ATÉ ABRIL/96

PERÍODO	I B G E		F G V			FIPE/USP	DIEESE
MÊS/ANO	IPC-r	INPC	IGPM	IGP	IPC	IPC	ICV
05/95	2,57%	2,10%	0,58%	0,40%	2,21%	1,97%	3,58%
06/95	1,82%	2,18%	2,46%	2,62%	4,39%	2,66%	5,15%
07/95	-	2,40%	1,82%	2,24%	2,63%	3,72%	4,29%
08/95	-	1,02%	2,20%	1,29%	0,74%	1,43%	1,84%
09/95	-	1,17%	-0,71%	-1,08%	0,67%	0,74%	1,85%
10/95	-	1,40%	0,52%	0,23%	0,63%	1,48%	1,50%
11/95	-	1,51%	1,20%	1,33%	1,25%	1,17%	2,79%
12/95	-	1,65%	0,71%	0,27%	1,57%	1,21%	1,89%
01/96	-	1,46%	1,73%	1,79%	2,70%	1,82	5,41%
02/96	-	0,71%	0,97%	0,76%	1,46%	0,40%	0,05%
03/96	-	0,29%	0,40%	0,22%	0,43%	0,23%	1,04%
04/96	-	0,93%	0,32%	0,70%	1,31%	1,62%	1,14%



CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE PAGAMENTOS DE AUTÔNOMOS E PRO-LABORE - ORIENTAÇÕES

A referida Contribuição Social, criada pela Lei Complementar nº 84, de 18/01/96, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 1.826, de 29/02/96, tem incidência tributária sobre pagamentos efetuados a Diretores, sócios, autônomos e equiparados. Dando enfoque sobre diretores e autônomos, elaboramos abaixo, um quadro-resumo a fim de melhor esclarecer sobre os procedimentos de recolhimento, já a partir de maio/96.

BENEFICIÁRIO	ALIQUOTA E BASE DE CÁLCULO	2ª OPÇÃO
	15% sobre:	

DIRETORES E SÓCIOS (EMPRESÁRIOS)	o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, inclusive sobre os ganhos habituais sob a forma de utilidades, pelos serviços prestados.	Não há.
AUTÔNOMOS	15% sobre: o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, inclusive sobre os ganhos habituais sob a forma de utilidades, pelos serviços prestados.	20% sobre: • o salário-base do autônomo, desde que esteja posicionado nas classes de 4 a 10; • o salário-base da classe 4, se o autônomo estiver posicionado nas classes 1 a 3; • o salário-base da classe 1, se o autônomo está dispensado do recolhimento, em vista de já estar recolhendo pelo teto máximo em outras atividades.
AUTÔNOMOS (frete, carreto ou transporte de passageiros).	15% sobre: o resultado obtido da multiplicação de 11,71% sobre o valor bruto do frete, carreto ou transporte de passageiros.	20% sobre: • o salário-base do autônomo, desde que esteja posicionado nas classes de 4 a 10; • o salário-base da classe 4, se o autônomo estiver posicionado nas classes 1 a 3; • o salário-base da classe 1, se o autônomo está dispensado do recolhimento, em vista de já estar recolhendo pelo teto máximo em outras atividades.

A empresa que escolheu a 2ª opção, deverá observar o seguinte:

HABILITAÇÃO	A empresa, somente poderá exercer a 2ª opção, nas seguintes hipóteses: • se o autônomo ou equiparado estiver inscrito no INSS; • se o segurado estiver em dia com as suas contribuições do carnê de recolhimento. • empresa perde a 2ª opção, caso não efetue o recolhimento no prazo legal (até o dia 2 do mês subsequente).
ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO DO AUTÔNOMO	A empresa deverá exigir do autônomo e arquivar por 10 anos, cópia do comprovante do recolhimento referente à competência vencida imediatamente anterior à data do serviço prestado, conferindo-a com o original, bem como cópia do comprovante de inscrição do segurado perante o INSS na categoria de autônomo.
OPÇÃO PELO NÃO ARQUIVAMENTO	A empresa poderá optar pelo não arquivamento da cópia do comprovante de recolhimento, desde que mantenha, para efeito de fiscalização, relação individualizada dos autônomos com os seguintes dados: • número de inscrição no INSS; • classe da escala de salário-base em que estiverem contribuindo; Obs.: No caso em que o autônomo já contribui pelo teto máximo da previdência social, em outras atividades, a empresa que contrata o autônomo, deverá guardar por 10 anos, a declaração de que já contribui pelo teto máximo ou então a cópia do contracheque.

A empresa deverá elaborar a folha de pagamento, conforme o modelo abaixo:

NOME	Nº INSCRIÇÃO NO INSS	SERVIÇO PRESTADO	CLASSE DE ENQUADRAMENTO	VALOR DO SERVIÇO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO

O recolhimento é feito através da GRPS (preenchendo os campos 08 e 17) e paga-se até o dia 2 do mês seguinte ao da competência, podendo ser postergado quando não ocorrer expediente bancário na data do vencimento.

- No campo 08 (outras informações), deverá ser informado a base de cálculo. Quando ocorrer a opção pelos 20% sobre o salário-base do autônomo, deve-se discriminar separadamente.
- No campo 17 (empresa), lançar o valor relativo a contribuição (15% sobre pagamentos + 20% sobre o salário-base, conforme o caso).

Para fazer a sua assinatura, entre no site www.sato.adm.br

O que acompanha na assinatura ?

- informativos editados duas vezes por semana (3ª e 6ª feiras);
- CD-Rom Trabalhista (guia prático DP/RH) devidamente atualizado;
- consultas trabalhistas por telefone e por e-mail (sem limite);
- acesso integral às páginas do site (restritas apenas aos assinantes);
- notícias de urgência ou lembretes importantes, por e-mail;
- requisição de qualquer legislação, pertinente a área, além dos arquivos disponibilizados no CD-Rom Trabalhista;
- descontos especiais nos eventos realizados pela Sato Consultoria de Pessoal (cursos, palestras e treinamento in company).

Todos os direitos reservados
Todo o conteúdo deste arquivo é de propriedade de V. T. Sato (Sato Consultoria). É destinado somente para uso pessoal e não-comercial. É proibido modificar, licenciar, criar trabalhos derivados, transferir ou vender qualquer informação, sem autorização por escrito do autor. Permite-se a reprodução, divulgação e distribuição, mantendo-se o texto original, desde que seja citado a fonte, mencionando o seguinte termo:
"fonte: sato consultoria - www.sato.adm.br"